

**AO PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO
90130/2025, DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO (RJ)**

PE 90130/2025

LM SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 22.626.640/0001-44, com sede na Avenida Nove de Julho, nº 3228, Sala 305, Bairro Jardim Paulista, São Paulo, SP, CEP 01406-000, por seus procuradores, vem à presença de Vossa Senhoria, apresentar

IMPUGNAÇÃO

ao edital da licitação em epígrafe, pelos motivos fáticos e jurídicos a seguir expostos.

I. TEMPESTIVIDADE

Sendo o certame agendado para 04.11.2025, a presente impugnação é tempestiva.

II. DOS MOTIVOS DE IMPUGNAÇÃO

**A) EXIGÊNCIA DE APRESENTAR INSTALAÇÕES NO LOCAL DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

O edital exige, para fins de participação, que a empresa possua estabelecimento no local estabelecido para prestar os serviços, contudo, sem fixar prazo razoável para que se instale no local. Veja-se:

19.2.4 - As comprovações das exigências de habilitação deverão ser acrescidas das seguintes exigências: alvará sanitário vigente compatível com as atividades que serão prestadas, existência de médico Responsável Técnico registrado no CRM portador de título de especialista em radiologia, demonstrada por certidões de responsabilidade técnica junto à Vigilância Sanitária e aos Conselhos de Classe aplicáveis, inscrição

Av. Alberto Braune, n.º 224 – 2º Andar / Sala 212 – Centro – Nova Friburgo – RJ
CNPJ: 28.606.630/0001-23 - e-mail: pregao3.novafriburgo@gmail.com – Telefone: (22) 2525-9100 – (22) 2525-9101

Página 30 de 39



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

atualizada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde–CNES, demonstrando compatibilidade com o objeto desta contratação.

Diante disso, acaba, indiretamente, exigindo que a empresa participante já possua instalações no local para poder participar do certame.

Diante disso, acaba, indiretamente, exigindo que a empresa participante já possua instalações no local para poder participar do certame.

Tal exigência contraria o art. 9º da Lei nº 14.133/2021:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

Isso porque, para dar cumprimento à obrigação supradita, a licitante terá que possuir prévio local no território municipal a fim de indicar como estabelecimento em que serão prestados os serviços.

A exigência estabelece preferência indevida, impedindo a participação de empresas não sediadas no local, ainda que dispostas a se estabelecer no município caso vençam o certame.

É certo que, sendo necessário que a execução dos serviços contratados se dê no território geográfico dentro do raio estipulado, tais documentos podem e devem ser exigidos da empresa vencedora da licitação.

Mas não se pode exigi-los na fase habilitatória. São documentos atrelados à execução contratual e não à proposta apresentada. Neste sentido, vale destacar os ensinamentos do jurista Marçal Justen Filho¹:

“Pode-se admitir que há hipóteses em que o sujeito disporá de condições de implantar a instalação no local pertinente depois de encerrada a licitação e antes do início da execução do contrato. Em tais hipóteses, a questão apresentará relevância secundária para a licitação. (...)

Em todos esses casos, a questão envolve não os requisitos de habilitação, mas as condições de exequibilidade da proposta. (...).”

O Tribunal de Contas da União – TCU segue a mesma linha:

Acórdão 1.134/2011, Plenário, rel. Min. Valmir Campelo

“(...) a exigência, ainda na fase de habilitação, de os licitantes disporem de instalações na capital paulista, constitui medida restritiva, uma vez que a jurisprudência desta Corte é no sentido que esta exigência somente é cabível na fase de contratação”.

1 Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023. p. 786

Diante disso, é necessário alterar o edital a fim de suprimir tal exigência de indicação das instalações da empresa licitante, em fase de habilitação.

**B) DA NECESSIDADE DE PREVER PRAZO PARA A CONTRATADA
INSTALAR-SE NO MUNICÍPIO E INICIAR A EFETIVA PRESTAÇÃO
DOS SERVIÇOS**

A exigência relativa ao local de prestação de serviços, além de ser válida somente para a empresa contratada, deve, necessariamente, ter prazo razoável estipulado para sua apresentação. Veja-se:

Considerando o processo de obtenção da licença sanitária em cada local indicado, prescrito na legislação própria, tem-se a necessidade de prever prazo razoável para a instalação da contratada no local de prestação dos serviços.

Além do processamento específico quanto à emissão de alvará, licença e demais documentos de regularização das instalações, por tratar-se de estabelecimento de saúde, é obrigatório que haja o cadastramento do local perante o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) vinculado ao Ministério da Saúde.

O procedimento de emissão da aludida certidão possui prazo médio de 30 (trinta) dias úteis após a apresentação de todos os documentos necessários para a formalização do cadastro.


Contudo, no rol de documentos necessários para o registro do estabelecimento junto ao CNES, consta o Alvará (Licença) expedido pela Vigilância Sanitária do Município em que está situado o imóvel, o qual possui prazo de emissão variável de acordo com a legislação municipal, mas que usualmente é de 30 a 60 dias.

Considerando o silêncio do edital acerca da instalação da empresa vencedora no local para cumprimento de tal determinação, requer seja previsto o prazo de 45 dias úteis, prorrogáveis, em caso de necessidade

comprovada documentalmente, para a apresentação do CNES e Alvará Sanitário, relativos ao local de prestação dos serviços.

Tal solicitação tem sido formalizada perante outros órgãos e entes administrativos que preveem prazo limitado e de impossível cumprimento em relação à instalação da empresa vencedora no local de prestação de serviços.

O Município de Brejo do Cruz (PB), em sede de julgamento recente da impugnação apresentada por esta requerente (decisão anexa), acolheu o pedido de majoração do prazo de instalação da empresa em local de prestação dos serviços no território municipal para 45 dias úteis. Veja-se:



**PREFEITURA DE
BREJO
DO CRUZ**
CONSTRUINDO O FUTURO

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
BREJO DO CRUZ**
Rua Sólton de Lucena nº 10 – Centro
CNPJ – 08.767.154/0001-15

O impugnante destaca a complexidade e os prazos necessários para obtenção desses documentos (Alvará: 30 a 60 dias; CNES: 30 dias após o Alvará) e sugere um prazo de 45 dias úteis, prorrogáveis, para a apresentação do CNES e Alvará Sanitário.

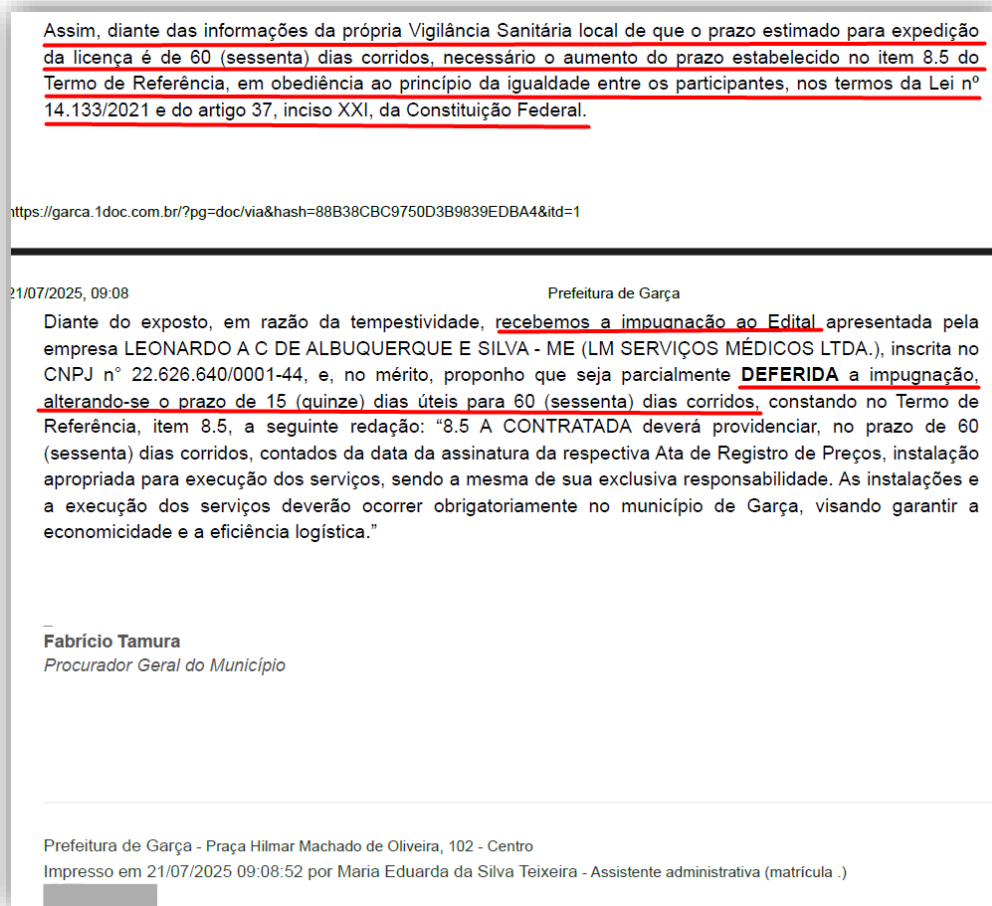
O Edital prevê um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente [16.1]. Este prazo é claramente insuficiente para que a empresa vencedora, caso não possua instalações pré-existentes, providencie toda a documentação necessária para a regularização do local, incluindo o Alvará e o CNES.

Para assegurar a viabilidade da contratação e a ampla competitividade, garantindo que empresas de outras localidades não sejam desestimuladas a participar, o Pregoeiro entende que é necessário conceder um prazo mais adequado. A sugestão do impugnante de 45 dias úteis, com possibilidade de prorrogação mediante justificativa, mostra-se razoável e alinhada à complexidade dos trâmites administrativos envolvidos para a regularização de um estabelecimento de saúde. A jurisprudência do TCU também reforça a necessidade de prazos hábeis para a requisição e concessão de licenças ambientais, o que pode ser aplicado por analogia.

Portanto, será concedido à empresa vencedora um prazo para a apresentação do Alvará Sanitário e do CNES do local de prestação dos serviços, sendo este prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação para a assinatura do contrato, com a possibilidade de prorrogação por igual período, mediante solicitação formal e justificativa aceita pela Administração Municipal. A comprovação da solicitação dos respectivos documentos (protocolo de pedido) poderá ser aceita inicialmente, sendo a apresentação dos documentos finais condição para o efetivo início da execução contratual.

DLANDA
is/brejoencruz.1doc.com.br/verificacao/2E1A-2B59-9681-7830 e informe o código 2E1A-2B59-9681-7830

De igual forma, o Município de Garça (SP) entendeu pela necessidade de aplicar o prazo de 60 (sessenta) dias para a empresa instalar-se no local e apresentar a documentação relativa ao Alvará Sanitário e demais certidões regulatórias:



Por fim, após insucesso na peça impugnatória apresentada perante o Município de Vargem Grande Paulista (SP), no que tange a fixação de prazo razoável para a apresentação dos documentos do local de prestação dos serviços, esta impugnante protocolou Representação ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/SP, pleiteando a suspensão liminar do certame para correções do edital.

A liminar foi deferida e o processo suspenso. Veja-se:

Informa que formulou impugnação administrativa ao edital, a qual não foi respondida pela Administração, e aponta precedente deste E. Tribunal em situação análoga (TC-13399.989.25-0, sob minha relatoria), em que houve a suspensão do certame diante de exigência similar.

Pede, nessa conformidade, medida cautelar para a imediata suspensão do processo licitatório, bem como retificação do Edital nos termos arguidos.

A Inicial se apresenta nos termos regimentais. Segundo o Instrumento impugnado, a abertura da disputa está agendada para o dia 23/7/2025, a partir das 14h.

Observo nos pontos aludidos pelo Representante elementos que sugerem risco ao interesse público.

O prazo contado a partir da homologação do resultado para que o negócio seja aperfeiçoado parece, num primeiro momento, bastante reduzido, o que sugeriria a necessidade de que qualquer interessada desde logo dispusesse de tal estrutura de execução dos serviços com toda a documentação completar.

De igual modo, abstraio preocupação razoável com o critério de proximidade geográfica máxima de 50km, o qual, acredito, motiva maior reflexão.

Vislumbro, nesses termos, situação de possível restrição à competição, caracterizando a plausibilidade do pedido de suspensão liminar do procedimento licitatório, para melhor análise de todos os pontos controvertidos.

Nesse contexto, **DEFIRO medida liminar à Representante LM Serviços Médicos Ltda., para o fim de determinar a paralisação do Pregão Eletrônico nº 23/2025, instaurado pela Prefeitura Municipal de Vargem Grande Paulista, como também o processamento da Inicial sob o rito da Cautelar em Procedimento de Contratação.**

Diante disso, requer seja considerado o pleito da impugnante a fim de prever no corpo do Edital, o prazo de instalação da empresa vencedora da licitação em local de prestação dos serviços no território municipal para 45 dias úteis, prorrogáveis, em caso de necessidade comprovada documentalmente.

C) DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAR CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA JUNTO À VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CRM

Para fins de comprovação da capacidade técnica, o edital exige a apresentação de certidão de responsabilidade técnica junto à Vigilância Sanitária. Veja-se:

19.2.4 - As comprovações das exigências de habilitação deverão ser acrescidas das seguintes exigências: alvará sanitário vigente compatível com as atividades que serão prestadas, existência de médico Responsável Técnico registrado no CRM portador de título de especialista em radiologia, demonstrada por certidões de responsabilidade técnica junto à Vigilância Sanitária e aos Conselhos de Classe aplicáveis, inscrição

Av. Alberto Braune, n.º 224 – 2º Andar / Sala 212 – Centro – Nova Friburgo – RJ
CNPJ: 28.606.630/0001-23 - e-mail: pregao3.novafriburgo@gmail.com – Telefone: (22) 2525-9100 – (22) 2525-910

Página 30



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

atualizada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde–CNES, demonstrando compatibilidade com o objeto desta contratação.

A exigência em deste certificado restringe a competitividade e está em total desacordo com o disposto na Lei nº Lei 14.133/2021.

A Lei 14.133/2021, em seu art. 67, que regulamenta a qualificação técnica, deve ser observada conforme o exposto na própria lei. Veja-se:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);

(...)

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

A Administração não pode solicitar, para fins de comprovação da qualificação técnica, um item que não consta no rol do art. 67 da Lei 14.133/2021, como ocorre no presente caso. O próprio dispositivo determina que o rol é taxativo: “Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional **será restrita** a.”

O processo licitatório está sujeito a princípios jurídicos rigorosos, como isonomia, executoriedade das leis sem discricionariedade, legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade e publicidade.

Em uma licitação pública, não devem coexistir exigências descabidas, ilegais ou absurdas, incompatíveis com o objeto licitado, como é evidenciado no presente caso. A licitação visa afastar a arbitrariedade na escolha dos contratantes, garantindo a isonomia e tratamento igual para situações iguais.

Sob essa perspectiva, as exigências do edital devem ser aplicadas a todos os concorrentes de forma igualitária. No entanto, a demanda presente no edital extrapola a legislação específica e viola princípios constitucionais, tornando-se inválida.

Importa destacar a natureza estritamente exaustiva dos artigos 67 da Lei nº 14.133/2021, que concede à Administração o poder de exigir exclusivamente os documentos ali elencados, sem a adição de outros. Além disso, o inciso XXI do art. 37 da Constituição de 1988 estabelece que as exigências relacionadas à qualificação técnica e econômica não devem

ultrapassar aquelas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações.

A solicitação para a apresentação deste documento no momento da habilitação evidencia-se como excessiva, a ponto de comprometer a competitividade do certame e potencialmente causar prejuízos ao erário do Município, uma vez que apenas um número reduzido de empresas terá a oportunidade de participar da disputa.

Dessa forma, a exigência do item questionado viola o art. 67 da Lei 14.133/2021, uma vez que ultrapassa o limite legalmente aceitável e autorizado em relação à comprovação da capacitação técnico-operacional. Tal prática restringe a participação de empresas no certame, resultando em uma adesão limitada que pode **prejudicar a capacidade do ente em encontrar a melhor proposta financeira.**

Vale informar ainda que esta documentação sequer é emitida pelo CREMESP, e caso haja documentação análoga, resultará em custos indevidos às empresas, formalizando óbice à participação e ampla concorrência no certame.

Por fim, cumpre mencionar que é impossível apresentar **responsabilidade técnica certificada pela Vigilância Sanitária pois este documento sequer existe.**

Assim, requer-se que seja excluído do Edital a exigência de apresentação, no momento da habilitação, de Certificado de Responsabilidade Técnica da empresa junto ao CRM, por violar a lei.

IV - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer a supressão das exigências indevidas e correção dos termos pontuados nesta peça impugnatória relacionadas a fixação de prazo razoável, mínimo 45 dias úteis, para instalação e apresentação de documentos do local de prestação dos serviços, os quais

somente poderão ser exigidos da empresa vencedora da licitação, em prazo razoável e condizente com a legislação municipal.

Informa-se, por fim, que o não atendimento deste pedido implicará em representação ao Tribunal de Contas competente, bem como denúncia ao Ministério Público e demais órgãos de controle.

Londrina, dia 30 de outubro de 2025.

LEONARDO A C DE ALBUQUERQUE E SILVA

Rafael Carvalho Neves dos Santos

OAB/PR nº 66.939

Gabriel Barioni de Alcântara e Silva

OAB/PR nº 96.174